

# EDUCAR E EVOLUIR

ISSN 2596-2116

VOLUME 1 • NUMERO 10 • MARÇO DE 2024



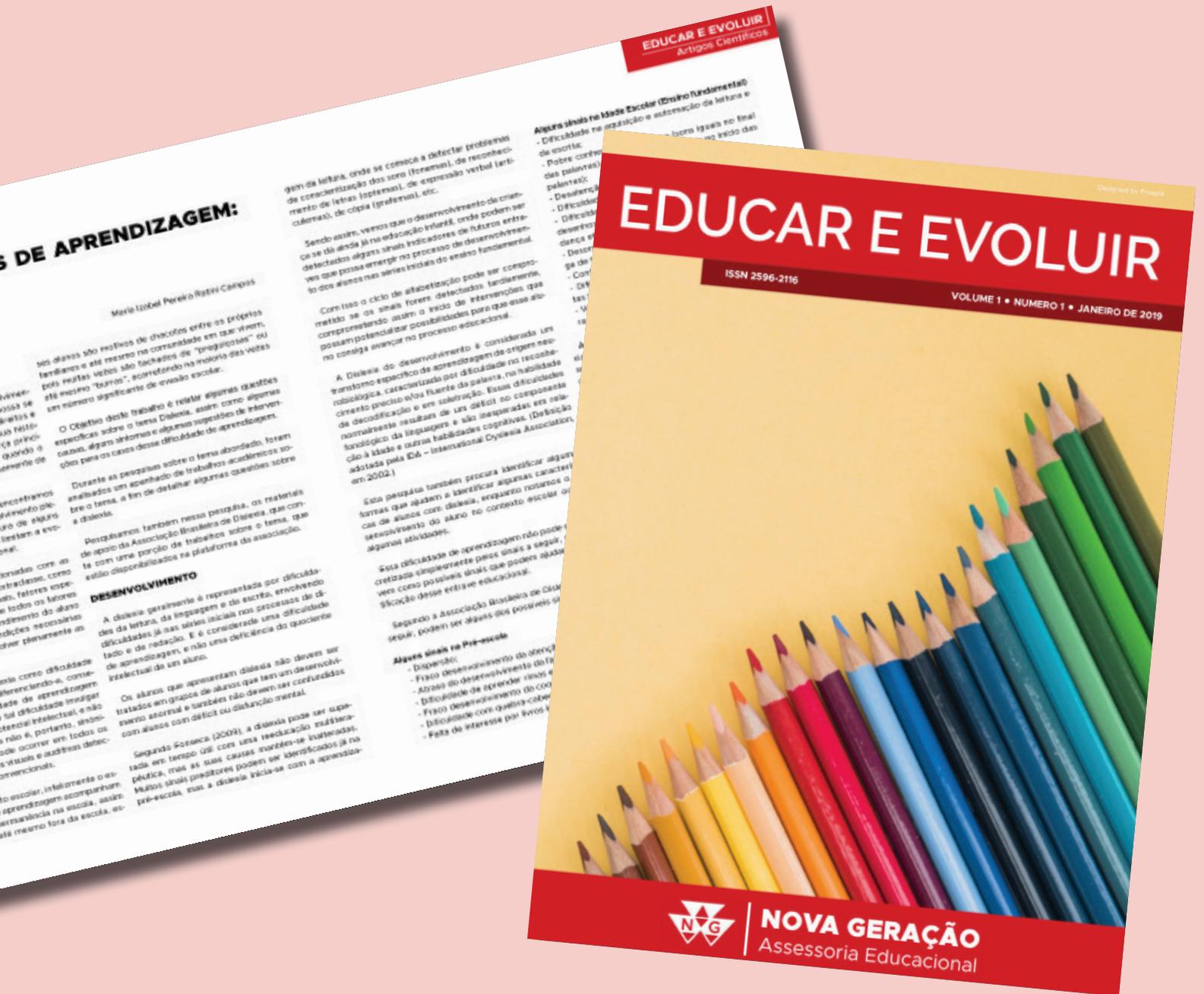
**NOVA GERAÇÃO**

Assessoria Educacional



**NOVA GERAÇÃO**  
Assessoria Educacional

**PUBLIQUE SEU ARTIGO NA REVISTA DA  
NOVA GERAÇÃO E GANHE PONTOS PARA  
EVOLUÇÃO FUNCIONAL**



(11) 2025-8405 (11) 99179-7848

[www.novageracaoeducacional.com.br](http://www.novageracaoeducacional.com.br)

Revista Educar e Evoluir - Nova Geração Assessoria Educacional

Quarta Edição - Volume 1 – N 10, (Março de 2024)

Trimestral

ISSN 2596-2116

E-mail: [educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br](mailto:educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br)

Endereço Eletrônico: <http://www.novageracaoeducacional.com.br/wp/revista/>

Bibliotecária Responsável: Cláudia Luísa Siqueira

Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

# CARTA AO LEITOR

Estamos em uma sociedade transformadora e a educação deve atender aos anseios da comunidade. As novas perspectivas de um futuro é tudo aquilo que todos nós educadores, tentamos há décadas, direcionando nossos docentes à uma especialidade de ser auto suficiente.

Para uma educação voltada para a reflexão, a crítica, a ação e a inovação estamos criando a revista Educadores do Futuro, com intuito de auxiliar nossos educadores a direcionar melhor a educação num todo, com novas habilidades e mudanças no cotidiano educacional.

Ao direcionar a criação desta, levamos em conta as mudanças econômicas e tecnológicas, que propiciaram uma abundância de informações e a aceleração na circulação dos conhecimentos.

Quando as mudanças são apresentadas, há relutância, mas com uma forma diferente para enxergarmos a educação como prioridade máxima e suas razões futuristas.

Garantimos à todos um propósito de alcançar seus objetivos e se aliar aos grandes pensadores, profissionais da educação num modo geral, que relutem contra tudo e contra todos por um futuro melhor na cumplicidade dos projetos intra e extra curriculares, estratégicos, na revolução do mundo criativo e de fontes na interdisciplinaridade mundial transformadora para um futuro brilhante de toda nação.

Destacamos que a educação hoje se fundamenta no desenvolvimento de competências fundamentais para a educação do futuro e apresenta princípios legais que regem os processos educacionais neste início do século XXI. O entendimento de que precisamos aprender a aprender, nos remete à revisão habitual das praticas que envolvem a educação.

Assim, adaptar-se aos saberes necessários a uma prática pedagógica contextualizada com realidades atuais é essencial para construir um modelo educacional de qualidade.



**Severino José Gonçalves**  
Diretor da Nova Geração Assessoria Educacional

# EDITORIAL

É muito claro que o processo educacional está sempre em constante transformação, permeado pelo contexto da nova realidade de mundo e cotidiano que vivemos atualmente.

Aos longos anos que participamos do processo de formação de educadores, nós da Nova Geração Assessoria Educacional percebemos a grande necessidade de trocas de experiências entre os profissionais da educação.

Sabendo que além da prática docente, a troca de experiências e vivências no contexto educacional com uma linguagem produzida com a experiência dos professores e educadores é uma forma de transmissão e compartilhamento de conhecimentos e consequentemente da evolução e aprimoramento na formação dos agentes transformadores.

Com a experiência que temos e a pedido de muitos dos nossos queridos alunos educadores, é que nós da Nova Geração Assessoria Educacional propomos esse projeto de compartilhamento de práticas, vivências e materiais de pesquisa entre educadores, através dessa

ferramenta, pois sabemos o quão útil esse canal se tornará para o futuro da educação.

Acreditamos no diálogo entre os educadores, das suas práticas, das suas vivências e das suas pesquisas na área da educação, tanto bibliográficas quanto in loco, confiamos assim que essa é uma forma objetiva e efetiva de troca de saberes e conhecimentos, com teores educacionais essenciais para a prática, reflexão e auto-reflexão docente.

Dessa forma, apresentamos a revista “Educar e evoluir”, material que será publicado em edições on-line e Trimestrais que sempre terá como conteúdo artigos científicos, projetos educacionais, práticas docentes e pedagógicas, materiais de pesquisas acadêmicas que sempre serão publicados com o intuito de formação dos professores e educadores em geral.

A Nova Geração Assessoria Educacional tem a participação de seus alunos, formadores e seus conhecimentos como o maior patrimônio de conhecimento e a ampliação está no compartilhamento que será possível com esse projeto.

# EXPEDIENTE

## **EQUIPE EDITORIAL**

Leandro Riverti de Souza  
Severino José Gonçalves

## **EDITOR CHEFE**

Severino José Gonçalves

## **REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTO**

Thainara Riverti Gonçalves  
Luciene Martins Riverti

## **CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Larissa Riverti do Nascimento

Revista Educar e Evoluir  
Sexta Edição - Volume 1 – N 10  
(Março de 2024)

**PERIODICIDADE:** Trimestral

Os conceitos emitidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

**COPYRIGHT:** Nova Geração Assessoria Educacional  
Rua Professor Antônio Gama de Cerqueira, 325 – Vila Americana – São Paulo/SP  
CEP 08010-130 – Telefone: 2025-8405  
E-mail: [educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br](mailto:educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br)

**BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL:** Cláudia Luísa Siqueira  
Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

# ÍNDICE

**07** | **BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FORMA PROFESSORES?**  
- Silvandira Silva Soares

# BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FORMA PROFESSORES?

Silvandira Silva Soares

Graduação em Letras pela Faculdade Braz Cubas (2001); Especialista em Práticas Reflexivas e Ensino Aprendizagem de Inglês na Escola Pública pela Faculdade Pontifícia Universidade Católica (2013); Professor de Ensino Fundamental II e Médio - Língua Inglesa - na EMEF Capistrano de Abreu, Professor de Educação Básica – Língua Inglesa - na EE Estela Borges Morato.



## RESUMO

Este artigo tem como objetivo contextualizar a formação de professores, a partir da análise da Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. No início do ano de 2020 o mundo foi assolado pela pandemia da COVID 19. As escolas do Brasil e do mundo tiveram que fechar as portas e, em pouco tempo, se reinventar para conseguir proporcionar situações de aprendizagem para os alunos num modelo de trabalho à distância para o qual não estavam preparados. A partir daí as falhas do processo de formação inicial e em serviço de professores, ficaram evidentes. O despreparo em relação às tecnologias digitais e seus usos no cotidiano escolar; e o despreparo ao lidar com alunos com necessidades especiais. Nesse período todas as deficiências de formação foram expostas e, apesar de passarem por um breve reconhecimento por parte da sociedade naquele momento, os ataques à profissão e aos docentes continuam. Por meio de pesquisa bibliográfica, fez-se uma breve retomada do contexto histórico sobre a formação de professores no Brasil e seu estado atual; possíveis desdobramentos para que se tenha professores mais preparados para lidar com os desafios atuais da educação brasileira e, em consequência, mais valorizados pela sociedade e como todas essas mudanças podem ser benéficas para o aluno.

Palavras-chave: formação de professores; formação continuada; base nacional comum da formação de professores da educação básica.

## ABSTRACT

This article aims to contextualize teacher training, based on the analysis of the Proposal for a Common

National Base for Teacher Training of Basic Education. At the beginning of 2020, the world was devastated by COVID 19 pandemic. Schools in Brazil and around the world had to close their doors and, in a short time, reinvent itself to be able to provide situations of learning for students in a distance work model for which there is no they were prepared. From then on, the flaws in the initial training process and in teaching in service were evident. Lack of preparation in relation to technologies digital and its uses in everyday school life; and lack of preparation when dealing with students with disabilities. During this period, all training deficiencies were exposed and, despite undergoing brief recognition by the society at that time, attacks on the profession and teachers continue. Per Through bibliographical research, a brief review of the historical context was made about teacher training in Brazil and its current state; possible developments so that teachers are better prepared to deal with the current challenges of Brazilian education and, consequently, more valued by society and how all these changes can be beneficial for the student.

Keywords: teacher training; continued training; national base common aspect of basic education teacher training.

## INTRODUÇÃO

O fato de que há diversas lacunas no que tange a formação de professores é amplamente conhecido. Essas lacunas ficaram mais nítidas durante o período da Pandemia da Covid 19. Partindo do exposto acima, e sendo professora, que também passou por diversas dificuldades durante aquele período, procuramos responder neste artigo: Quais são as políticas públicas desenvolvidas para a formação de professores que pudessem sanar tais dificuldades e lacunas?

Descobriu-se então que há em processo de homologação no MEC desde 2018 uma Base Nacional Comum para Formação de Professores. Partindo dessa informação, fizemos uma pesquisa bibliográfica acerca do assunto.

Primeiro fizemos leituras que dessem conta de traçar um breve contexto histórico sobre a formação docente no Brasil. Nesse momento, nossa preocupação foi saber como se dava tal formação e quais documentos a embasavam.

Em seguida, fizemos uma leitura sobre artigos que mencionavam a formação de professores na atualidade. A importância de parcerias entre universidades, escolas e comunidades; de reconhecimento da profissão docente pela sociedade; e de o próprio professor conhecer-se como potência que pode ajudar o aluno a ter uma educação de qualidade, mas não só isso. É preciso reconhecer a escola como local em que as políticas públicas educacionais se efetivam.

Na sequência fizemos um breve estudo sobre a BN-CFP (Base Nacional Comum de formação de Professores). Se o nosso objetivo precípuo foi conhecer o documento, ao realizar a leitura e confrontá-lo com artigos e autores, houve a surpresa de que tal documento vem inscrito sob uma ótica neoliberal e que traz em seu bojo uma visão negativa da profissão docente e da formação de professores.

Como o objetivo principal não era a crítica ao documento, tentou-se fazer uma leitura neutra e desprovida de criticismos, mas em alguns momentos há a necessária chamada à realidade. Afinal estamos escrevendo sobre uma profissão e profissionais que são alvos permanentes do escrutínio da sociedade e de políticos que legislam em favor de empresas e organizações.

A qualidade da educação passa pela valorização da carreira docente, pelo reconhecimento da carreira pela sociedade e por meio do desenvolvimento de políticas públicas que sejam voltadas para a tal qualidade da educação

## **1 FORMAÇÃO DOCENTE - BREVE CONTEXTO HISTÓRICO**

A história da formação docente no Brasil, de acordo com Gatti (2010 p.2), começa com a formação de docentes para o ensino das “primeiras letras” em cursos específicos, que foi proposta no final do século XIX, com a criação das escolas normais, que correspondiam, na época, ao nível secundário e, posteriormente, ao Ensino Médio, a partir de meados do século XX.

As escolas normais procuravam definir quais características um bom professor deveria possuir. Elas foram responsáveis pela formação de professores até que a Lei 9394/96 fosse promulgada e passasse a exigir dos futuros profissionais da educação o diploma de Formação Superior.

De acordo com Nóvoa (2017) as escolas normais têm um papel importante tanto na formação de professores quanto na ampliação de metodologias de ensino, na confecção de materiais didáticos e às novas pedagogias e na preocupação com a formação docente continuada; consagraram processos de mobilidade social, tendo sido fundamentais para construir o modelo escolar, para consolidar a escola pública e para produzir a profissão de professor.

No período de “1987-1992, coincide com a consagração de uma nova abordagem marcada pela “universitarização” da formação docente e pelas ideias de “professor reflexivo” e de “professor pesquisador”. (NÓVOA 2017p. 3).

Em 2002 foram criadas as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores foram promulgadas Gatti afirma que:

{...}nos anos subsequentes, as Diretrizes Curriculares para cada curso de licenciatura passam a ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Mesmo com ajustes parciais em razão das novas diretrizes, verifica-se nas licenciaturas dos professores especialistas a prevalência da histórica ideia de oferecimento de formação com foco na área disciplinar específica, com pequeno espaço para a formação pedagógica. (GATTI, 2010 p.3)

Apesar de representar uma evolução em relação a Escola Normal, a criação de Diretrizes Curriculares específicas para cada curso não representou, na prática, a evolução qualitativa dos cursos, como menciona Gatti (2010 p. 4)

o que se verifica é que a formação de professores para a educação básica é feita, em todos os tipos de licenciatura, de modo fragmentado entre as áreas disciplinares e níveis de ensino, não contando o Brasil, nas instituições de ensino superior, com uma faculdade ou instituto próprio, formador desses profissionais, com uma base comum formativa, como observado em outros países, onde há centros de formação de professores englobando todas as especialidades, com estudos, pesquisas e extensão relativos à atividade didática e às reflexões e teorias a ela associadas. (GATTI, 2010 p. 4)

Em 2009 instituiu-se política nacional para formação de professores do magistério da Educação Básica pelo Decreto nº 6.755/09, dispunha sobre a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes para o fomento de programas de formação inicial e continuada; a proposta foi “organizar em regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e os municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas de Educação Básica” (Art. 1º), objetivando apoiar “a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério pelas instituições públicas de Educação Superior”. Pretendeu ainda equalizar nacionalmente as “oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério” (Art. 3º, incisos II e III).

O Decreto propôs ainda, ações formativas no sentido de prever a articulação entre as instituições de Ensino Superior e as redes de ensino da Educação Básica e a participação dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública, com projetos pedagógicos fomentados pela Capes que proponham a inovação das matrizes curriculares e percursos formativos, bem como propostas de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura e pesquisa que impactam a formação de docentes (Art. 10º e 11º).

Atualmente a Capes subsidia o Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid), inicialmente nas universidades públicas e que agora, segundo Gomes, se estende para as universidades privadas. Tal programa pretende, dentre seus vários objetivos, melhorar a qualidade dos cursos de formação docente, propiciando aos licenciandos a superação da dicotomia entre teoria e prática, colocando-os em contato com as escolas de Educação Básica para a convivência docente por mais tempo e com a possibilidade de vivências enriquecedoras para a sua formação em processo. Entretanto, observa-se que tais políticas públicas de formação de professores necessitam de maior tempo e foco para a sua efetivação.

Como veremos a seguir tais políticas ainda não conseguiram melhorar os índices de aprendizagem dos alunos e nem qualificar os professores para que haja tal melhora

## **2 FORMAÇÃO DOCENTE – ATUALIDADE**

No Brasil a maioria dos cursos de licenciatura são escolhidos por alunos das classes mais baixas da população, que, por falta de opção, e por terem que continuar

trabalhando escolhem estudar em cursos noturnos em instituições pouco preocupadas com a qualidade da formação dos profissionais.

Vaillant (2006) insiste que os dados de perfil dos docentes latino americanos revelados pela pesquisa devem ser levados em consideração, ao pensar-se nas políticas educativas. A grande maioria do professorado é do sexo feminino, tende a ser mais jovem que nos países desenvolvidos, provém, em geral, de setores e famílias com menor capital cultural e econômico em termos relativos e cujo salário contribui com porção significativa da renda familiar, correspondendo, em alguns países, a 45% da renda total familiar. Outro ponto de destaque nesse perfil é que o preparo e os anos de escolaridade dos docentes latino-americanos (12 anos) é significativamente menor do que no grupo formado por Estados Unidos, Japão e países da OCDE (16 anos), o que resulta em um comprometimento da educação recebida por crianças e jovens latino americanos, em especial de contextos socioeconômicos desfavorecidos. (Vaillant 2006 Apud GATTI 2011 p. 18)

Nóvoa corrobora o mencionado acima ao afirmar que:

Não é aceitável que em muitos países, e também no Brasil, a escolha de um curso de licenciatura seja uma segunda escolha, por falta de outras alternativas, por razões de horário (oferta de cursos noturnos) ou por facilidade (cursos à distância). A primeira fragilidade da profissão reside, justamente, neste momento inicial. (NÓVOA, 2016 p. 16)

No que concerne a formação de professores cada país possui formas diferentes de avaliar e iniciar o professor na carreira, mas o que eles têm em comum com o Brasil é o fato de que o professor inicia seu trabalho em sala de aula tendo somente a experiência de aluno e o que aprendeu na universidade. Como podemos perceber no excerto abaixo.

As tradições dos países são muito distintas: residências docentes, estágios probatórios, períodos de supervisão, etc. (CLANDININ; HUSU, 2017; EUROPEAN COMMISSION, 2010; INGERSOLL; STRONG, 2011; KESSELS, 2010 APUD Nóvoa 2016). Mas, seja qual for o contexto, há o reconhecimento unânime da importância deste período para a vida profissional docente. As políticas públicas têm encarado a transição entre a forma-

ção e a profissão como a fase decisiva do desenvolvimento profissional docente. Infelizmente, em muitos países, ainda continuam a lançar-se os jovens professores para as escolas, e para as piores escolas e situações, sem um mínimo de apoio ou enquadramento. (Nóvoa, 2016 p.20)

Para que a formação de professores tenha qualidade e esta seja transportada para a qualidade de aprendizagem dos alunos, faz-se necessário a integração entre as universidades, as escolas e os professores. Dessa forma, desde o início dos seus estudos eles saberiam, com eficiência, a realidade das escolas e das comunidades em que atuarão.

A parceria com as universidades é essencial para que os futuros profissionais da educação tenham contanto direto com as teorias que subsidiarão suas posteriores práticas; parcerias que também podem auxiliar na formação continuada dos professores. Para Nóvoa essa colaboração é chamada de corresponsabilidade

É esta corresponsabilidade que permite construir uma verdadeira formação profissional. Para que ela tenha lugar, é necessário atribuir aos professores da educação básica um papel de formadores, a par com os professores universitários, e não transformar as escolas num mero “campo de aplicação”. A construção de uma parceria exige uma compreensão clara das distintas funções, mas sempre com igual dignidade entre todos e uma capacidade real de participação, isto é, de decisão. É neste entrelaçamento que reside o segredo da formação inicial dos professores, bem como da construção de processos de indução profissional (residência docente) que assegurem a transição entre a formação e a profissão e, mais tarde, de modelos adequados de formação continuada. (NÓVOA 2016 p.19)

Essa ideia também é defendida por Paulo Freire em 1994, numa palestra em São Carlos, Paulo Freire referia a necessidade de “lançar as universidades brasileiras na responsabilidade de cuidar do magistério público” (FREIRE, 1994 apud NOVOA 2016 p. 9).

Além do que foi mencionado anteriormente, a formação de um professor, seja ela inicial ou continuada, passa pelo aspecto pessoal e não apenas pelo domínio de uma disciplina. Vários outros autores corroboram a teoria de que para ser professor e exercer a docência de forma a se obter a qualidade de ensino esperada, é preciso acionar diversas competências e habilidades. Tardi-

ff, por exemplo, afirma que no plano da formação e do exercício profissional, o que caracteriza o professor não é exclusivamente o domínio de uma disciplina, mas o de um conjunto de conhecimentos, que chamamos de saber docente (TARDIF, 2000 apud), que inclui uma gama não só de saberes, mas também de práticas relativas ao ofício de ensinar. Nessa direção, o ofício do professor implica um saber fazer que assegure a aprendizagem da disciplina e a transmissão do que lhe é confiado pela via das diretrizes curriculares e que, inevitavelmente, expressa uma determinada concepção de mundo.

Outra questão que torna pouco atrativa a escolha da profissão de professor é a desvalorização perante a sociedade, a desvalorização dos salários entre outras questões que não são o escopo do presente artigo. Pensando nessa problemática e nos índices cada vez mais baixo de aprendizagens dos alunos da educação básica, foi encaminhado pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2018 o documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP).

Esse documento tem a intenção de alterar as diretrizes anteriores no que se refere a formação de professores seja ela inicial ou continuada. Como veremos a seguir

### **3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES - BASE NACIONAL COMUM DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA” (BNCFP).**

A BNC-Professores é baseada em três eixos que vão nortear a formação inicial e continuada dos docentes de todo o país:

[..]conhecimento, prática e engajamento. No conhecimento, o professor deverá dominar os conteúdos e saber como ensiná-los, demonstrar conhecimento sobre os alunos e seus processos de aprendizagem, reconhecer os diferentes contextos e conhecer a governança e a estrutura dos sistemas educacionais.

Já no eixo da prática, o professor deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo.

No terceiro e último eixo está o engajamento. É necessário que o professor se comprometa com seu próprio desenvolvimento profissional, com a

aprendizagem dos estudantes e com o princípio de que todos são capazes de aprender. Também deve participar da elaboração do projeto pedagógico da escola e da construção de valores democráticos. Além de ser engajado com colegas, famílias e toda a comunidade escolar. MEC (Ministério da Educação Base Nacional para formação do professor vai revisar cursos para conhecimento e valorização)

O documento também propõe mudanças na formação inicial para a pedagogia. Durante os quatro anos do curso os alunos deverão A intenção é que, nos quatro anos de curso ter dois anos de formação comum, em seguida um ano de formação em cada etapa da educação na qual decida seguir trabalhando. O futuro professor também poderá cursar mais um ano de especialização escolhendo ou gestão escolar ou mestrado.

Ao lermos os eixos e a proposta da Base nacional para formação de professores pode-se perceber o esforço para melhorar a qualidade da formação inicial e o intuito de dar continuidade aos estudos dos profissionais da educação por meio da formação continuada. Porém ao analisarmos o documento postado no site do MEC percebe-se que o documento ainda está em fase de homologação e é um documento base com apenas 65 páginas como menciona Zancan,

Curiosamente o documento da BNCFP não é facilmente encontrado. O arquivo PDF está hospedado em uma página do MEC, não muito acessível pela procura direta em buscadores de internet e que tem entrada pelo site do CNE, opção 'divulgação'<sup>4</sup>. A BNCFP é um documento de 65 páginas elaborado pelo MEC em 2018 e enviada ao CNE para apreciação e aprovação deste órgão em 14 de dezembro de 2018. Em 19 de fevereiro de 2019, sob novo governo, o MEC solicitou a interrupção da tramitação da base no CNE. Segundo o MEC, o órgão quer "ter ciência e participar do processo de formulação da Base. Só depois da análise do documento é que o MEC decidirá se fará ou não alterações. (ZANCAN 2021 p.12)

A BNCFP foi formulada tendo como modelo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as duas fazem parte um sistema de políticas públicas educacionais que pretendem, entre outros objetivos, a interdependência, alinhamento e padronização da educação.

Porém o que fica explícito da leitura do documento é que o professor é um dos responsáveis pelo fracasso

dos alunos e atual panorama da educação brasileira. São apresentadas três destas supostas evidências:

a) a origem socioeconômica do aluno, sobre a qual a escola não tem controle, embora seja um fator que pese na determinação do desempenho escolar, pode ser compensada pela ação da escola, b) os fatores que podem ser controlados pela escola ou pelo sistema educacional, dentre os quais o professor é, de longe, o que mais pesa na determinação do desempenho do aluno; e c) o papel desempenhado pelos professores bem preparados faz diferença significativa no desempenho dos alunos, independentemente do nível socioeconômico dos mesmos. (MEC 2018 p. 5)

De acordo com Tardiff (2013 apud Zancan 2021), responsabilizar os professores, as escolas e os estudantes por compensar problemas econômicos e sociais, uma prática comum na maioria das sociedades ocidentais devido às reformas educacionais, é uma lógica de culpabilização. Essa abordagem, embora ilusória, representa uma responsabilidade exagerada que desloca a atenção dos diversos desafios sociais que influenciam os processos de ensino e aprendizagem.

Em diversos países, profissionais trabalham em condições extremamente difíceis, onde enfrentam pobreza, violência, falta de envolvimento das famílias, entre outros (Tardif, 2013). Culpar o professor causa desgaste moral nos professores: [...] um sentimento de impotência ou de fracasso, acompanhado de uma falta de reconhecimento ou até mesmo de uma desvalorização profissional que conduz a um desânimo face a sua tarefa e uma impressão de inutilidade social. (Tardif, 2013, p. 567 apud ZANCAN 2021 p.12).

O que fica nítido pela BNCFP é que os professores poderão até estar mais preparados profissionalmente, mas a profissão continuará a ser desvalorizada pela sociedade e pelas políticas públicas que envolvem a educação.

Zancan afirma ainda que a noção de qualidade da educação é reduzida à qualidade de ensino, à assimilação de conteúdo, ao cumprimento de expectativa de aprendizagem. Todos estes elementos estão ligados à uma ideia linear de que professores bem preparados são professores que ensinam melhor e, por conseguinte, são professores cujos alunos aprendem mais (Farias, 2019 apud ZANCAN 2021 p.15)

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 buscam progredir na identificação das exigências de

formação. Além de reconhecerem o papel do ensino como um ambiente para a geração de conhecimento, elas destacaram áreas de conhecimento e estudos essenciais para a capacitação e desempenho do professor, tais como [...] “questões socioambientais, éticas, estéticas e relativa à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (CNE, 2015, p. 5 apud Zancan p.16). Embora estas novas DCN já mencionem uma “base comum nacional” para formação de professores o documento trata de temas para valorização do magistério, como piso salarial e condições de trabalho, sem associar progressão ou bonificações por desempenho nas avaliações como pretende a BNCFP:

A efetividade dos referenciais está relacionada a sua articulação a mecanismos que assegurem o seu alcance e a condições político institucionais que propiciem clima de confiança e colaboração entre professores e gestores. No caso da formação inicial, eles podem estar alinhados aos mecanismos de avaliação e acreditação dos cursos de formação inicial e avaliação dos estudantes ou recém graduados. Eles também podem estar articulados a mecanismos de certificação ou registro para controlar o ingresso à carreira. Ao longo da carreira, eles podem impactar o desenvolvimento profissional e formação continuada e estar vinculados à permanência e progressão na carreira por meio de certificações, avaliações e aumentos salariais. (MEC, 2018, p. 21–22).

Na BNCFP a valorização passa, como mencionado no excerto anterior, por avaliações (do professor e dos alunos), toda e qualquer evolução na carreira está ligada ao desempenho positivo em avaliações nacionais e internacionais. Tardiff argumenta que há três décadas, professores sentem que ganhos já obtidos - como carreira, proteção, estabilidade de emprego, aposentadoria, entre outros - estão ameaçados e sendo substituídos por uma profissionalização baseada em concorrência, prestação de contas, salário segundo mérito e instabilidade no emprego. (Tardif, 2013 apud ZANCAN, 2021 p. 22).

As condições de trabalho e de salário a que o magistério está submetido são muito precárias, estando as escolas públicas, elas próprias, em condições também muito precárias. Além disso, o financiamento da educação pública é bastante insuficiente, assim como a formação docente, que está submetida a regras e condições muito

distantes daquelas consideradas adequadas. Com efeito, esta premissa [de que melhorar a qualidade docente a partir do resultado dos estudantes em testes padronizados é a forma mais eficaz de melhorar os testes educacionais] é absolutamente inadequada para aferir qualidade docente. (Hypolito 2019 p. 191 apud ZANCAN 2021 p.22).

A BNCFP está inscrita sob uma ótica empresarial e neoliberal, o objetivo do presente artigo não é fazer panfletagem e nem fazer apologias a ideologias, mas mostrar o documento que guiará, se aprovado, a formação dos futuros profissionais da educação e, posterior continuação dessa formação. Porém, o documento apresenta uma visão simplista do que é ser professor, muito diferente daquela explicitada anteriormente neste texto por Nóvoa. Para a BNCFP:

São simples, mas não triviais, as incumbências do professor: trabalho de equipe, planejamento, ensinar cuidando com que o aluno aprenda, tratar com atenção maior os que têm dificuldade para aprender, dar aulas e outras atividades previstas na proposta pedagógica e em seu plano de trabalho, e ajudar na relação da escola com a família e a comunidade. (MEC, 2018, p. 27)

Partindo do exposto acima, e como trabalhadora da educação, afirmo que as incumbências do professor não são triviais e nem simples. A cada ano de trabalho nossas atribuições aumentam, como se pouco fizéssemos. Tardif (2013) afirma que há uma intensificação do trabalho dos professores que se caracteriza,

[...] 1) pela obrigação dos professores de fazerem mais com menos recursos, 2) por uma diminuição do tempo gasto com os alunos, 3) pela diversificação de seus papéis (professores, psicólogos, policiais, pais, motivadores, entre outros), 4) pela obrigação do trabalho coletivo e da participação na vida escolar, 5) pela gestão cada vez mais pesada de alunos do ensino público em dificuldade, 6) finalmente, por exigências crescentes das autoridades políticas e públicas face aos professores que devem se comportar como trabalhadores da indústria, ou seja, agir como uma mão de obra flexível, eficiente e barata. (Tardif, 2013, p. 563 apud ZANCAN 2021 p. 24).

Pode-se perceber que as incumbências são muitas e nenhuma delas é simples. E, de acordo com a BNCFP e também preconizadas nas Diretrizes Curriculares

de 2015, houve um aumento na carga horária que visa aproximar o futuro professor do seu campo profissional: implementação das 400 horas de prática como componente curricular e aumento da carga horária de estágio supervisionado.

As DCN de 2015 mantiveram estes componentes curriculares e procuraram qualificar a compreensão sobre eles, trazendo elementos que não estavam explícitos nas DCN de 2002.

Há saberes docentes que só ficam visíveis e palpáveis ao adentrarmos em sala de aula e desenvolvermos nossa prática pedagógica. Tais saberes parecem ser aprimorados pelo tempo que passamos em sala de aula e em contato com os alunos. E, somente o conhecimento teórico, apreendido nas universidades não dá conta de todas as situações que podem acontecer no ambiente escolar. De acordo com Zancan (2021)

É difícil qualificar esta aproximação sem planejamento e sem destinar parte da carga horária do docente da educação básica para co-formação de futuros professores, por exemplo. Isso significa reduzir sua carga horária em sala de aula, contratar mais professores. Há que pensar também em condições de estrutura física para desenvolver as atividades nas escolas e nas universidades. Docência não é vocação e não se faz (apenas) por amor ou por missão. A docência precisa ser considerada uma profissão que necessita condições mínimas para acontecer, em respeito aos seus profissionais e àqueles que usufruem de seus serviços. (ZANCAN 2021 p.25)

Até aqui vimos a importância da formação inicial e continuada de qualidade para o trabalho docente. As políticas públicas educacionais são de extrema importância e fundamentais para que haja mudanças efetivas no chão da escola pública. A BNCFP pode ser um instrumento para tal mudança, mas temos de estar atentos ao seu conteúdo e a forma como ela está posta.

Assim sendo, há que se reconhecer a escola pública como locus de democracia e mudanças para a sociedade,

A escola pública tem sido um lugar importante para a construção da democracia. Nas próximas décadas, sua história vai passar pela capacidade de reconstruir laços e vínculos com a sociedade que foram perdidos quando a escola se fechou dentro dela e imaginou que podia ser melhor do que a sociedade. A difusão do digital vai facilitar mudanças dentro das escolas, mas também

a existência de tempos e a mobilização de dinâmicas sociais fora dos muros da escola. A fronteira entre escola e sociedade vai diluir-se e terá de ser substituída por um trabalho conjunto, comum, no espaço público da educação (NÓVOA, 2013 p.24)

Enfim, aguardemos as mudanças

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao pensar-se em formação docente é essencial promover a mobilidade entre universidades e escolas, garantindo que tanto universitários quanto professores da educação básica possuam um papel ativo como formadores. A obtenção de um encontro genuíno entre esses dois mundos, que muitas vezes se desconhecem e enfrentam disparidades significativas em condições de vida materiais e na percepção social, depende da igualdade de tratamento. Somente através desse princípio é possível construir comunidades profissionais docentes que se transformem em verdadeiras comunidades de aprendizado e formação.

Dessas comunidades devem fazer parte as universidades, as escolas para as quais elas formam professores, os professores e a comunidade local em que estes trabalharam efetivamente. A formação docente, com a qualidade que se espera dela, deve incluir o conhecimento de todos os atores envolvidos no processo: do mais alto escalão até aqueles, e principalmente, os que atuam no chão da escola.

A formação inicial é importante, mas são tantas nuances que fazem parte do trabalho do professor, e tantas questões devem ser abordadas que somente ela (a formação inicial) não consegue abarcar. Dentre essas questões estão: os alunos que possuem os mais diversos tipos de deficiências e que devem ser incluídos na escola pública, mas o professor não adquiriu o conhecimento e a expertise de como lidar com tais necessidades.

A questão das tecnologias da informação e comunicação, que, como se viu na época da pandemia, não fazem parte do cotidiano nem de alunos e nem de professores. Há que se buscar nas políticas de formação docente sejam elas iniciais, continuadas ou em serviço, formas de engajamento e práticas dessas tecnologias.

Ao falar de engajamento, estamos falando de comprometimento com a profissão, com os alunos e com a disciplina que leciona. O professor como profissional da educação deve conhecer seu ofício e a importância

que ele tem para o conhecimento e, muitas vezes, para a mobilidade social de uma parcela da população, mesmo que essa parcela seja muito pequena.

E, como profissional, formado e formador de opinião o professor/docente não pode se apegar diante de uma sociedade que não o valoriza, mas mostrar que 15 sua formação inicial lhe permitiu ter acesso à alunos e, por meio deles e de seu trabalho, continua em formação permanente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 6755/09 | Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92458/decreto-6755-09>. Acesso em: 08 jan. 2024.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, nº 113, p. 1.355-1.379, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxp4QMt9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Bernadete Angelina. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte / Bernadete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto e Marli Eliza Dalmaz de Afonso André. – Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183/PDF/212183por.pdf.multi>. Acesso em: 08 jan. 2024.

GOMES, Manoel Messias; GOMES, Francisco das Chagas; ARAUJO NETO, Benjamim Bento de; MOURA, Níge Dagraça de Sousa; MELO, Severina Rodrigues de Almeida; ARAUJO, Suelda Felício de; NASCIMENTO, Ana Karina do; MORAIS, Lourdes Michele Duarte de. Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas. Revista Educação Pública, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formacao-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MEC (Ministério da Educação). Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MEC (Ministério da Educação). Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf). Acesso em: 08 jan.2024.

MEC (Ministério da Educação). Base Nacional para formação do professor vai revisar cursos para conhecimento e valorização. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=71951>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MEC (Ministério da Educação). Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1050\\_91-bnc-formacao-de-professores-v0&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1050_91-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 08 jan. 2024.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, 47(166), 1106–1133. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053144843>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SANTOS, Jaciara de Oliveira Sant’Anna. Formação docente: desafios da prática pedagógica na atualidade. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, Vol. 8, Nº 14 (2021). Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/9874/0>. Acesso em: 08 jan. 2024.

ZANCAN RODRIGUES, L.; PEREIRA, B.; MOHR, A. O Documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): Dez Razões para Temer e Contestar a BNCFP. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, [S. l.], v. 20, n. u, p. 1–39, 2020. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2020u139. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/16205>. Acesso em: 08 jan. 2024.



**NOVA GERAÇÃO**  
Assessoria Educacional

# EDUCAR E EVOLUIR